

CAMARADAS MEMBROS DO BUREAU POLI.

ALBERTO JOAQUIM CHISSANO, Major-General

ALBERTO JOAQUIM CHIPANDE, General do Exército

ARMANDO EMILIO GUEBUZA, Tenente-General

MARIANO MATSINHA, Major-General.

Excelência e Compatriotas

Nós, antigos Combatentes e fundadores desta República, seguros e intransigentes na busca da Paz, Progresso e Prosperidade para a nossa Pátria, dedicamo-Vos esta mensagem por ocasião da morte prematura do Primeiro Presidente desta República.

A História da Luta de Libertação da Pátria existe desde que o estrangeiro ocupou a terra-mãe. Encerrá-la no âmbito deste trágico acidente que vitimou o Presidente da República é tão infantil como o pensamento dos antigos, que julgavam que o Universo se limitava à Terra. Somos dos que ousam ver os factos com a frieza necessária para se evitar falsas conclusões, resoluções fáceis e gratuitas, mas que não são soluções. Jungar que estaremos mergulhados na escuridão pela morte do Presidente da República, é o mesmo que tentar considerar que a liderança política do nosso País se reduzia ao falecido e querido Presidente. Ora, os factos e o passado comprovam precisamente o contrário. cremos que esta maneira de ver é ir longe demais quanto a homenagem que devemos render ao nosso querido Presidente, até porque o limite da vontade humana é a realidade objectiva que a contrapõe. E a realidade é tão somente esta: temos homens capazes de levar avante e prosseguir com a difícil tarefa de procurar, encontrar e dar, de facto, as soluções aos graves problemas por que passa a Nação. O que conta acima de tudo é que esses patriotas tiveram e têm a plena consciência do sofrimento do seu Povo e da necessidade urgente de estancar a ferida (ou as feridas) por que sangra a Pátria.

E tempo de o mundo aceitar aos Países africanos, -- e, em particular a Mocambique, nossa Pátria -- uma dinâmica própria, com interesses e história genuínos, embora ela possa ser, mais ou menos, influenciada por conjunturas regionais ou internacionais.

Um tal posicionamento, por parte do nosso futuro Presidente e Governo, ajudará a compreender melhor a situação de guerra prevalectente (por exemplo, o conflito existente desde a luta armada, entre o Dr. Banda -

e a liberdade, e que tem como causa principal a que (política e territorial).

Compatriotas:

O momento lança o maior desafio à acção. Toda a acção é incerta mas necessita de uma estratégia, isto é, de uma arte de agir em condições aleatórias e adversas. Estamos confrontados com:

- a realidade sócio-económica do nosso País: Problema económico;
- a Guerra prevalecente: Problema político-militar;
- o nosso posicionamento face à libertação da África Austral (África do Sul e Namíbia).

Estejamos seguramente conscientes de que está em jogo o que há de mais complexo e precioso: a Vida do nosso Povo. Temos que ter a coragem suficiente para salvar a Pátria. Devemos ultrapassar nossos egoísmos e ambições pessoais ou tribais nefastas ao País.

É na esfera política onde deveremos encontrar a solução ou soluções para os problemas supracitados. A política, de que tudo depende, também de tudo o que depende dela. A orientação política que decide da economia, da sociedade, do exército, depende ela própria de condições económicas, sociais e militares. Nós afirmamos categoricamente que o nosso poder é do Povo e o Povo está no poder. Isto significa que nós, a Frelimo somos o Governo da nossa Pátria. O Conselho de Ministros é o órgão executivo das directivas emanadas pela Assembleia Popular e pelo Presidente da República (cf. Constituição da República, Artigo 58).

Mas, por sua vez, face à situação existente, diremos que é ao Comité Central da Frelimo que recai a maior responsabilidade, pois, terá que designar, "no mais curto prazo possível", o novo Presidente da República (cf. Const. da República Popular: Artº 57). Diremos que: o Comité Central nomeia o Presidente da República Popular de Moçambique (Presidente da Frelimo); o Presidente da República formará o Executivo (Governo). Rode-se ver quão tamanha é a responsabilidade do Comité Central.

Devemos, pois, Compatriotas, reflectir profundamente sobre a nossa experiência como:

- Frente de Libertação de Moçambique
- Partido Frelimo
- Força dirigente da sociedade Moçambicana.

Não nos devemos esquecer de que aqueles que não conseguem recordar-se da experiência estão condenados a repeti-la.

O Governo que nós permitirmos, (elegermos) vai dirigir o Estado Moçambicano; vai decidir sobre a economia, a vida social, o exército. Em suma, vai dirigir o Estado Moçambicano, a sociedade Moçambicana.

É conhecida quão amarga tem sido a nossa experiência no campo gover-

governamental. Devemos, aqui, Compatriotas, estudar e o que faz emperrar o nosso Governo. E deveras intrigante o seguinte:

- a ausência de segredo de Estado no nosso País;
- a delapidacao da economia;
- o roubo descarado por pessoas a quem confiamos o governo deste País;
- a falta de sensibilidade pela situacao do Povo: fome, miséria, nível de vida incompatível com as potencialidades do País;
- fuga, sem consequências, de indivíduos com avultadas somas em dinheiro para Lisboa, Africa do Sul, etc., aí investindo e criando a riqueza à custa da miséria do nosso Povo.

Compatriotas:

Devemos analisar séria e profundamente a questao governamental. É necessário desmantelarmos, dumia vez para sempre, este jogo de gato e rato no nosso governo. Deixemos de nos enganar, se queremos que deixem de nos enganar. Não nos enganemos mais. A experiência tida fala por si. Esta é sem dúvidas, a fórmula pela qual hoje cada um deve enfrentar o problema governamental, o problema do poder político. Os filhos desta terra querem também a paz, o bem-estar, prosperidade e progresso. O Povo necessita de ver seus filhos no poder. O Povo quer e exige que se faça justiça e que se saia da miséria. Por isso, teremos que saber decidir sobre quem governará o nosso Povo e não nos esquecermos de que: quem escolhe um Rei, escolhe o Rei para si. Nós, antigos Combatentes e Fundadores desta República, devemos fazer viver a Nação que nos faz viver; fazer viver o Povo que nos faz viver.

A amarga experiência que temos ao estender o poder político a todo e qualquer cidadão, tem-nos criado graves problemas devido à falta de honestidade e patriotismo de cidadãos também considerados Mocambicanos, mas irremediavelmente comprometidos com o estrangeiro. É altura de dizermos que o poder político, em qualquer sociedade-Estado, Sociedade-Nação deste planeta, é algo sagrado. Achamos que o critério de originalidade e naturalidade deve ser tido em conta na esfera do poder político. O governo e a accao governamental devem reflectir os desejos deste nosso querido Povo. Por isso, diremos que o Governo deve representar a maioria desta Pátria. Deve representar aqueles que, de facto, foram os destinatários da colonizacao. E este Povo e a terra que libertámos que estão hoje, mais uma vez, em jogo. O Povo e a Pátria, pela qual nos batemos, foram os objectivos da nossa luta. Afirmar-se que só o ser-se Mocambicano é condicao suficiente para se ser dirigente é uma forma errónea e falaciosa de ver o problema do poder polít. no País. Temos que dizer algo mais: Mocambicano original, e natural. O critério da originalidade deve ser su-

diminua para evitarmos ambiguidade e situações... (imaginem compatriotas, se o filho de Salazar ou de Marcelo... permitido viver em Mocambique, conceder-se-lhe-ia, " ipso facto", a cidadania Mocambicana. Por que motivo fosse e mesmo como um alto quadro e extremamente competente, teria significado ser Presidente da República, aqui? Pensamos que todos concordariamos pela negativa.

E aqui, na arena do poder político nacional, que afirmamos ser importante o critério da originalidade e naturalidade. Se uma criança não aprende a gatinhar, quando é que ela andar? E uso e costume afirmar-se que não temos cabeça para dirigir. Será isto verdade? Antes da colonização não existia um poder político estatuído? A oposição que o colono encontrou devia-se a quê? E tempo de pormos um ponto final a este estado de coisas, a esta personalidade pela negativa.

Compatriotas:

Um outro aspecto que devemos salvaguardar no governo desta nossa querida Pátria, é termos a consciência, para nós, da História da África Austral e da África em geral. Não nos esqueçamos, irmãos, de que um dos métodos que a colonização criou foi o de nos dividir para reinar. Um conhecimento aprofundado desta nossa zona, chamada de África Austral, é suficiente para compreendermos o supracitado. Portanto, as fronteiras existentes, para os diversos Países da África Austral, não aparecem por acaso. São propisitadas. São o resultado da colonização. Dividiram-nos, pois, ao longo dos séculos, sendo na altura, para nós, fronteiras puramente fictícias, mas que satisfaziam, sem dúvida alguma, os interesses da colonização. Prova evidente desta estratégia da colonização é a preservação de afinidades culturais e linguísticas das populações das zonas fronteiricas. É necessário que tenhamos consciência disto, Compatriotas! Por isso, achamos que no Governo Central (Conselho de Ministros) a representatividade de cada uma das Províncias é fundamental e estabilizadora. Deve-se evitar, no Governo Central, a concentração desproporcional de membros duma única Província, o que leva a insinuar problemas de ordem tribal e regional. Achamos que, tomando-se essa medida, destrói-se o conflito Sul-Norte.

Compatriotas:

Para se atingir esta nobre missão, qual não seja a de conduzir os destinos deste País, é necessário termos um Presidente e Governo capazes. Para isso achamos que o Comité Central, tendo em conta o atrás referido, saberá escolher a pessoa mais indicada. Todavia, nós, os Antigos Combatentes, julgamos que, para se atingir esses objectivos, é fundamental nomear-se como Primeiro-Ministro, o Camarada Armando Emilio Guebuza, tendo como uma das competências a de formação de Governo.

Adicionalmente, este novo esclarecimento, sobre o Camarada que ora escolhemos como Primeiro-Ministro e antigos Combatentes, achamos que o Camarada GUEBUZA tem experiência e a força necessárias para levar a cabo esta nobre missão.

Também achamos que o Chefe de Estado, o Presidente da República, deve utilizar a linguagem à altura do estatuto de Chefe de Estado.

Devemos ter um Chefe de Estado que dignifique toda a Pátria Mocambicana. Torna-se necessário, por parte do Chefe de Estado, uma linguagem isenta de qualquer equívoco, isenta de insultos, dirigidos a quem quer que seja, isto é, ser-se um verdadeiro diplomata.

Compatriotas:

Julgamos ser oportuno falarmos um pouco da intelectualidade Mocambicana. Temos que aprender, irmãos: Nenhum País deste planeta conseguiu o seu pleno desenvolvimento com quadros estrangeiros. A nossa experiência é repleta de lições e ilações sobre o assunto. Muita coisa haveria a dizer a esse respeito, mas não é oportuno. Importa aqui sublinhar a importância da presença dos intelectuais, filhos desta Pátria, no processo da construção do País. Hoje, não é possível Governar as chamadas sociedades modernas sem um leque de peritos e especialistas dos diversos ramos da ciência. Precisamos mais do que nunca de encontrar fórmulas de convidar todos os intelectuais originários deste Moçambique, também sua Pátria, a regressarem para este seu lar e contribuírem com os seus conhecimentos profundos, na construção do País. Pensamos que uma boa percentagem de cooperantes poderá ser então dispensada, o que se torna patriótico sob o ponto de vista económico.

Um outro ponto, Compatriotas, é o problema da Guerra. Teremos que encontrar a solução para este problema se quisermos ter o nome de filhos deste Povo que, dia a dia, é massacrado, mutilado, humilhado e expoliado. Não nos enganemos a nós próprios, Tenhamos a coragem suficiente para enfrentar a guerra. É chegado o momento de abriremos várias frentes para solucionar o problema. Vamos, nós, antigos combatentes, aceitar que, no campo da batalha, lá na frente, estão mocambicanos. A isto se chama Guerra Civil. Vejamos que África tem a sua própria História. Se se tratar de poder, procuremos resolvê-lo, mas não nos devem cegar. Não devemos internacionalizar o conflito como forma de solucioná-lo. Só será adiar o problema a perder tempo. O nosso Povo quer a paz. E nós, como Governo, devemos procurar as soluções mais adequadas e duradouras para esta guerra civil. Se somos verdadeiramente representantes do nosso Povo na condução dos destinos da Pátria, não permitamos mais massacres das nossas populações em defesa de interesse alheios à Pátria. São interesses alheios à Pátria que fazem com que se crie um ciclo vicioso de violência em muitos países. Não devemos permitir essa situação no nos-

so País.

Os problemas nacionais..(internos) não devem ser exportados para a arena internacional. Enquadrar a guerra, pura e simplesmente, no contexto da problemática da Africa Austral: Africa do Sul, Angola, Namíbia, pode induzir-nos a erro. De facto, a situação da Africa Austral é complicada e complexa. Porém, nós, a Frelimo, devemos tomar uma posição inequívoca face aos vários problemas que assolam a região. Devemos enquadrar-nos em soluções inteligentes preconizadas igualmente por outros Estados signatários da OUA e ONU : Isto exige de nós uma solidariedade para com os Povos em luta pela sua libertação, sob o ponto de vista político, diplomático e económico.

Será escusado afirmar que um bom Governo saberá ver que a guerra e o problema sócio-económico são faces de uma mesma moeda muito embora se deva priorizar o fim da guerra.

Compatriotas:

Antes de terminarmos gostaríamos de dizer mais qualquer coisa sobre a guerra. Trata-se simplesmente dum ponto de vista, uma proposta.

Achamos que, para se pôr fim à guerra devemos criar condições para a reconciliação. Mas, essa reconciliação não deve ser de qualquer maneira. Pensamos que para criarmos condições de reconciliação entre os irmãos Mocambicanos originais seria bom tentar o seguinte:

I- A nível interno fortalecermos os Mocambicanos originários no poder económico e poder político, isto é:

A- Na área do Poder Económico, devemos ter como ministros, mocambicanos originários, competentes e de patriotismo indiscutível:

- Ministério de Comércio
- Ministério de Finanças
- Ministério de Cooperação Internacional
- Ministério de Indústria e Energia
- Ministério de Agricultura
- Ministério de Recursos Minerais
- Ministério de Trabalho
- Ministério de Transportes, Comunicações e Marinha Mercante
- Banco de Moçambique

B- Na área do Poder Político, devemos ter à frente dos Ministérios seguintes, mocambicanos originários, de patriotismo indiscutível e competentes:

- Ministério de Negócios Estrangeiros
- Ministério de Defesa
- Ministério de Segurança

- Ministério do Interior
- Ministério de Justiça

e também nos cargos:

- Presidente da República
- Vice-Presidente da República
- Primeiro-Ministro

devem estar igualmente mocambicanos originários, de patriotismo indiscutível e competentes.

C- Também existem outros ministérios que devem estar nas mãos de Mocambicanos originários, patriotas e competentes. São:

- Ministério de Saúde
- Ministério de Educação e Universidade
- Ministério de Construção e Águas

II - Enviaremos pessoas para explorar junto dos Mocambicanos da Renamo, se eles são capazes de fazer o que nós nos propomos no ponto I. Isto significa precisamente o seguinte:

- Nós, a Frelimo, vamos excluir completamente os Mocambicanos não originários do poder político, poder económico e poder militar. Esses Mocambicanos poderão se quiserem, dedicarem-se a outras actividades, tais como: desempenhar simplesmente a profissão que têm; dedicarem-se a outras actividades privadas: no comércio, agricultura, indústria, etc. Não se trata de discriminação. Consiste simplesmente em utilizar o critério de originalidade, que se aplica em muitos países do mundo. Como exemplo, não iríamos muito longe: em Portugal, existem pretos que lá nasceram, cresceram, estudaram, com nacionalidade portuguesa, sendo quadros competentes, mas não se encontra nenhum como Secretário de Estado ou Ministro, para não falar de Presidente da República. Podemos dizer que isto é discriminação? Pensamos que não. Trata-se de pôr o Poder nas mãos da maioria. O que queremos junto da Renamo é precisamente o seguinte:

- Se existem Mocambicanos não originários, esses não devem ter acesso ao poder político ou militar. Num provável acordo entre a Frelimo e a Renamo, devem os mocambicanos não originários que estão na Renamo, ficar conscientes de que não deverão participar nas conversações e num possível governo de reconciliação. O Governo que se formar a partir da Frelimo e da Renamo só será exclusivamente, de mocambicanos originários, como atrás explicámos. A reconciliação entre os mocambicanos originários da Frelimo e os mocambicanos originários da Renamo só pode ser possível e verdadeira quando os mocambicanos não originários estiverem excluídos tan-

to da parte da Frelimo como da Renamo.

Se fizermos negociações, sem utilizarmos o critério da originalidade, podemos criar um perigo para a Pátria e para as futuras gerações dos nossos descendentes. Os brancos da Renamo e da Frelimo podem unir-se, desprezando e excluindo completamente os pretos do poder político-militar e económico. Isso será grave para a Pátria e seremos nós os responsáveis por essa humilhação e desprezo. Em vez de termos a Pátria Mocambicana por que lutámos, teremos um Brasil ou África do Sul.

RIMAS: A solução militar pode trazer-nos uma paz de pouco tempo. Devemos evitar manter a Pátria numa guerra sem fim. Vejamos, o que se passa em outros países como Chade, Uganda, etc.. Em geral, essas guerras que não acabam são de interesses alheios à Pátria. Imaginemos que a Renamo ganharia militarmente. Nós voltaríamos para o mato. E se a Renamo perdesse outra vez, eles voltariam ao mato. Assim a guerra nunca mais acabaria. A quem serviria essa guerra? A nós Mocambicanos originários? Pensamos que não. Por isso nós Mocambicanos, que temos a nossa família na aldeia, devemos evitar essa situação. Para evitarmos essa situação é importante conversarmos com mocambicanos originários da Renamo. São eles que se encontram no mato a fazer a guerra e, se assim fizermos, estaremos a criar condições para nunca mais os filhos desta terra serem utilizados para defender interesses alheios à Pátria.

COMPATRIOTAS: Nós conhecemos bem o que é a guerra. A guerra evolui, isto é, cresce. Quem de nós pensava que alguma vez iríamos apertar a mão de Botha? NINGUEM. Porém, fizemos isso e, mais ainda, assinámos o acordo.

Hoje os bandos armados combatem com um certo tipo de armas. Amanha podem conseguir armas muito mais sofisticadas, tais como: mísseis anti-tanque, mísseis terra-ar, etc.. Ao mesmo tempo podem, nessa altura, ter quadros altamente preparados para manejar qualquer tipo de armas. Vamos esperar por essa situação? Nós pensamos que não. É hábito perguntarmos: com quem vamos falar? Achamos que é o momento de fazermos uma outra pergunta: com quem estamos a lutar? Sabemos que estamos a lutar contra fantoches, executores ou bandidos armados e já são muitos. Então é melhor falarmos directamente com os executores (fantoches ou bandidos armados), para não serem mais utilizados pelos patrões. Todavia, podem também serem agentes. Para evitar isso, então sensibilizá-los-emos para deixarem de ser agentes, porque os pais, mães, tios, tias, irmãos, irmãs, se encontram no País e estão a sofrer devido a esta guerra. Esses familiares precisam de muito apoio, porque tudo está destruído a eles há-de ver essa realidade. Os familiares dos patrões não se encontram no País, por isso não têm pena de ninguém. Se os há, então não sofrem porque têm boas condições aqui em Mocambique.

...le, porque assim o sofrimento é maior, é melhor morreremqms num... Para isso, facamos um exército misto de: Mocambique, Zimbabwe, Zâmbia, Tanzânia, e Angola. Declaremos guerra directamente à Africa de Sul e assim acabaremos com o conflito duma vez para sempre: ou morre o apartheid ou morremos todos nós.

Nós sabemos o que é a guerra de guerrilhas e é por isso que o falecido e querido Presidente disse que a Africa de Sul deveria declarar directamente a guerra a Mocambique, porque ele sabia perfeitamente que era melhor fazer a guerra clássica do que a guerra de guerrilhas.

Após o que acabamos de dizer, achamos ser bom adiantarmos uma proposta duma possível composicao do nosso futuro governo. E simplesmente uma proposta, uma opiniao, para ajudar a encontrar alguns mocambicanos originários competentes e patriotas indiscutíveis. Assim, pensamos que:

- 1 - ALBERTO JOAQUIM CHISSANO, Presidente da República.
 - 2 - ALBERTO JOAQUIM CHIPANDE, Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa Nacional.
 - 3 - ARMANDO EMILIO GUEBUZA, Primeiro-Ministro.
 - 4 - MARIANO MATSINHA, Ministro da Segurança.
 - 5 - MANUEL JOSE ANTONIO, Ministro do Interior.
 - 6 - Dr. EDUARDO KOLOMA, Ministro dos Negócios Estrangeiros.
 - 7 - PASCOAL MUCUMBI, Ministro da Saúde
 - 8 - LOURENCO MUTAKA, Ministro do Comércio.
 - 9 - ERNESTO Ministro de Agricultura.
 - 10 - Dr. JOHN KACHAMILA, Ministro dos Recursos Minerais.
 - 11 - FELICIANO GUNDANA, Ministro da Indústria e Energia.
 - 12 - Dr. BERNARDO FERRAZ, Ministro de Construção e Águas.
 - 13 - GRACA MACHEL, Ministro da Educação.
 - 14 - AGUIAR JONASSANE REAL MAZULA, Ministro do Trabalho.
 - 15 - EDUARDO JOAQUIM MULEMBWE, Ministro da Justiça
 - 16 - TEODATO HUNGUANA, Ministro da Informação
 - 17 - Ministro de Finanças
 - 18 - Ministro dos Transportes, Comunicações e Marinha Mercante
 - 19 - ENEIAS COMICHE, Governador do Banco de Mocambique.
 - 20 - GUIDION NDOBE, Reitor da Universidade Eduardo Mondlane.
 - 21 - Dr. CARLOS MACHILI, Vice-Reitor da Universidade Eduardo Mondlane.
 - 22 - CATUPA, Chefe do Gabinete na Presidencia.
- NB. É extinto o Ministério da Cooperação Internacional e é criado o Departamento de Cooperação Internacional, integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- E igualmente extingo o Ministério de Administração Estatal e as suas funções são repartidas entre o Ministério do Interior e o Gabinete

da República.

- É extinta a Secretaria de Estado do Trabalho e o Ministério do Trabalho.
- Devem ser nomeados novos Governadores para as Províncias de Zambézia e Manica.

E com todos estes pontos de vista que nós, antigos combatentes aguardamos a reunião do Comité Central e a eleição do novo Presidente.

Obrigado!

A Luta Continua !

Maputo, 25 de Outubro de 1986.

NB:

1.- A fim de reforçarmos o que atrás se pretende, pensamos que, a nível do poder político do nosso país, a composição do Bureau Político deve obedecer ao seguinte critério:

- . Cada Província deve ser representada por um Mocambicano originário dessa mesma província e o Bureau Político será então, o colectivo formado por esses Mocambicanos. Isto significa que o Bureau Político será composto por dez membros que correspondem às dez Províncias da Nação.

- . Os cargos existentes no Partido, tais como o de Secretário do Partido para a Economia, Secretário do Partido para o Trabalho Ideológico, etc., devem ser ocupados por "Mocambicanos originários" e de patriotismo indiscutível.

2.- Deve ser extinta a Secretaria de Estado para o Ensino Técnico-Profissional, e as suas funções sejam assumidas pelo Ministério da Educação.

3.- Devem ser nomeados:

- . RAFAEL MAGUNI para Director da Rádio de Mocambique.
- . para Secretário de Estado das Pescas

- . GABRIEL SIMBINI para Director do Centro de Estudos Africanos
- . Um novo Vice-Ministro de Educação em substituição do actual Vice-Ministro, CARLOS BEIRAO.

- . Um novo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros em substituição do actual Vice-Ministro DANIEL BANZE e este seja nomeado Governador da Zambézia.

- . Um novo Vice-Ministro de Saúde, em substituição do Vice-Ministro FERNANDO VAZ.

Um novo Director Nacional de Saúde em substituição do actual, MARIO DA COSTA, funcionário da Empresa Aeroporto de Mocimboa do Vale e membro do Círculo do Partido do Aeroporto de Mavalane, como Director da Escola Nacional da Aeronáutica, em substituição do actual AGAPITO COLACO.

- 4.- Seja extinta a Constituição actual e seja nomeada uma Comissão Técnica de Mocimboanos originários para elaborar uma nova Constituição que reflecta os reais interesses do Povo Mocimboano.